

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 24 de julho de 2024 às 08h07*  
*Seleção de Notícias*

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Pirataria | Biopirataria

Embrapa prepara pedido de autorização para plantio de cannabis .....	3
AUTOR	

Monitor Mercantil Digital online | RJ

24 de julho de 2024 | Marco regulatório | INPI

INPI se junta a Plataforma Brasil Exportação operada pela ApexBrasil .....	5
FAVOR	

Gazeta do Povo - Online | PR

Direitos Autorais

Barroso se reúne com a Google para tratar do uso da IA no STF .....	7
VIDA E CIDADANIA   07	

Propriedade Intelectual

A proteção da propriedade intelectual como estratégia internacional .....	8
OPINIÃO   07   2024 08	

Agência Brasil | BR

Patentes

História Hoje: primeira máquina de escrever era patenteada há 195 anos .....	10
RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL	

Jota Info | BR

Arbitragem e Mediação

VII Congresso Internacional CBMA de Arbitragem será realizado no Rio de Janeiro - JOTA ...	11
--	----

Migalhas | BR

Direitos Autorais

Artesã será indenizada por uso não autorizado de obra na internet .....	12
---	----

Arbitragem e Mediação

Autonomia privada e arbitragem .....	14
HAROLDO MALHEIROS DUCLERC VERÇOSA	

O Tempo Online | MG

Denominação de Origem

Campanha quer proteger origem do café do Cerrado Mineiro e evitar fraudes .....	19
SIMON NASCIMENTO	

## Embrapa prepara pedido de autorização para plantio de cannabis



Solicitação deve ser protocolada na [Anvisa](#) no segundo semestre deste ano Inovação

Solicitação deve ser protocolada na [Anvisa](#) no segundo semestre deste ano

3 minutos de leitura 23/07/2024 | 12:38

Por: Daumildo Júnior | Brasília | daumildo.junior@estadao.com

Foto: Adobe Stock

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) quer iniciar um programa de pesquisa com a cannabis no Brasil. Para isso, a entidade está preparando um pedido de autorização para poder cultivar a planta.

Play volume 00:00 / 01:00 agro-estadao Truvid fullScreen

Esse trâmite ainda não tem data definida, mas os pesquisadores querem protocolar o documento ainda neste segundo semestre. O plantio da cannabis no Brasil é proibido pela [Agência](#) Nacional de Vi-

gilância Sanitária ([Anvisa](#)). No entanto, o órgão regulador já concedeu a liberação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para plantar com a finalidade de pesquisa, além de que há outros processos que também tramitam na [Anvisa](#) com esse objetivo.

Como explica a pesquisadora da Embrapa [Recursos Genéticos](#), Daniela Bittencourt, o pedido deve ter uma escala muito mais ampla do que os anteriores. A ideia é que a autorização seja não para um projeto específico mas para um programa de pesquisa, que vai envolver melhoramento genético, bases para plantio voltado ao uso na indústria e até um banco de germoplasma.

"É um programa de pesquisa do que a gente almeja fazer em relação às cadeias produtivas com cannabis no Brasil. É tudo, desde a semente até o produto final. Só que isso é a longo prazo. Nesse primeiro momento, seriam três projetos iniciais: um focado na área medicinal, outro na área industrial, com melhoramento genético, e o terceiro que é um banco de germoplasma, onde estaríamos recebendo as variedades e disponibilizando para os projetos", esclarece Bittencourt ao Agro Estadão.

A expectativa inicial é de que esse programa deve durar por pelo menos 12 anos e vai fazer diferentes experimentos, inclusive com o cultivo de cannabis no campo, o que seria inédito no país.

### PUBLICIDADE

"O Brasil já é considerado o país do agronegócio, então, o nosso país tem todas as condições climáticas para o cultivo da cannabis ser feito em diferentes regiões e para diferentes finalidades.[ ] Isso pode trazer

Continuação:  
Embrapa prepara pedido de autorização para plantio de cannabis

um impacto muito grande para pequenos produtores e até mesmo para a questão de produção orgânica. [ ] O que a gente almeja é que no futuro a gente consiga ver cadeias [de produção]. Não adianta nada liberar o plantio e não ter para quem escoar", aponta a pesquisadora que defende uma pesquisa que envolva a construção da rede produtiva.

Para a Embrapa, a intenção não é estimular o uso recreativo da cannabis mas sim os demais, como a aplicação na indústria têxtil ou de alimentação, o uso de sementes para saladas, por exemplo. Isso porque nem todas as variedades da cannabis tem teores elevados dos quimiotipos, como o canabidiol e o tetrahidrocanabidiol, que são as substâncias estimulantes do cérebro e que fazem a planta ser proibida hoje no Brasil. Segundo os pesquisadores, há cultivares que nem mesmo apresentam esses quimiotipos.

Além disso, o entendimento é de que o tema precisa avançar no país e que a Embrapa tem condições de ajudar no estabelecimento das diretrizes e regulamentações que venham a surgir sobre a temática da plantação.

O assunto não é novo dentro da Embrapa. O órgão montou em novembro de 2023 um grupo de trabalho (GT) com diferentes pesquisadores vinculados. Em junho deste ano, o GT apresentou as conclusões do trabalho em um relatório final que traz os parâmetros para dar início às pesquisas dentro da entidade.

Entre os pontos levantados no relatório, os pesquisadores apontam o potencial econômico e agrônômico da cannabis, além de elementos que favorecem o cultivo no Brasil. Segundo um levantamento feito pelos especialistas, existem no mundo mais de 25 mil produtos feitos com a planta.

## PUBLICIDADE

Assim como Daniela, o pesquisador e supervisor de Gestão de Assuntos Regulatórios das atividades de PD&I da Embrapa, Fábio Macedo, também participou do GT e reforça a ideia de que a entidade de pesquisa pode auxiliar na regulamentação. "A gente também quer colaborar com os órgãos competentes no avanço da regulamentação. Então, além da pesquisa, a gente vai fornecer subsídios também para os órgãos reguladores", diz Macedo.

Em resposta ao Agro Estadão, a [Anvisa](#) disse em nota que "avalia e se pronuncia sobre propostas formalmente submetidas, a fim de verificar seu enquadramento conforme as possibilidades regulamentares existentes" e que o órgão não faz antecipação de avaliações em curso.

Siga o Agro Estadão no Google News e fique bem informado sobre as notícias do campo.

## INPI se junta a Plataforma Brasil Exportação operada pela ApexBrasil



O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) tornou-se parceiro da plataforma Brasil Exportação, que é operada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). Com essa adesão, as empresas brasileiras ganham acesso a uma variedade de serviços para garantir a sua relevância, competitividade e propriedade de suas marcas, patentes e demais ativos de PI no comércio internacional.

"Por meio dos serviços oferecidos pelo **INPI** na Plataforma Brasil Exportação, as empresas poderão proteger suas marcas internacionalmente, bem como proteger suas patentes no exterior, que são etapas fundamentais para garantir a competitividade, segurança e credibilidade das empresas brasileiras ao adentrarem novos mercados", ressaltou Jorge Viana, presidente da ApexBrasil.

"Com seus ativos de Propriedade Industrial protegidos, o empresário brasileiro poderá ter maior retorno financeiro na exportação de seus produtos e serviços, além de mais proteção contra a pirataria. Nesse sentido, a inclusão dos serviços do **INPI** na Plataforma Brasil Exportação chega como uma solução agregadora para facilitar a vida do empreendedor nacional", afirmou Júlio César Moreira, presidente do **INPI**.

Propriedade industrial

Espaço Publicitário

As empresas brasileiras poderão aproveitar os recursos do **INPI** na plataforma para potencializar suas iniciativas de exportação e garantir segurança sobre a propriedade de suas marcas, patentes e demais ativos de PI envolvidos em produtos que serão vendidos no exterior. Através do Registro de Marcas, as empresas brasileiras podem garantir o direito de uso exclusivo da sua marca registrada e, por meio do Protocolo de Madri, requerer o registro em diversos países por meio de um único processo, com um único idioma e pagando em uma única moeda. Essa é uma etapa fundamental para agregar valor à empresa e aos seus produtos e serviços. Por meio da Concessão de Patentes, a empresa pode impedir terceiros de utilizar, reproduzir ou vender qualquer produto ou processo que esteja sob sua propriedade, ou exigir uma remuneração para a sua utilização.

A concessão de patentes também é possível no exterior através do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT, na sigla em inglês). Já com o Registro de Desenhos Industriais, o empresário pode proteger a forma e aparência de seu produto, como objetos no geral, embalagens e até estampas em tecidos. Por meio do Acordo de Haia, é possível solicitar esse registro não só em território nacional, mas também no exterior.

Plataforma

Operada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), consiste em uma comunidade digital que reúne todos os serviços de apoio ao comércio exterior em apenas um lugar.

Fruto da cooperação entre os governos brasileiro e britânico, a plataforma foi idealizada pelo Ministério

Continuação: INPI se junta a Plataforma Brasil Exportação operada pela ApexBrasil

do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e tem como parceiros o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A plataforma já ultrapassa o número de 600 serviços e 150 prestadores ativos, que englobam países de cinco continentes, facilitando o acesso aos mercados-alvo dessas regiões. O cadastro é gratuito e pode ser feito de forma rápida e fácil.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

# Barroso se reúne com a Google para tratar do uso da IA no STF

VIDA E CIDADANIA



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, se reuniu com o presidente da Google Brasil, Fábio Coelho, e com integrantes da equipe técnica da empresa para tratar sobre os avanços na criação de uma ferramenta para resumo de processos e peças processuais com uso da Inteligência Artificial (IA).

A Google participa da Prova de Conceito no programa criado pelo STF para uso da IA. A reunião aconteceu nesta segunda-feira (22).

No fim do ano passado, o Tribunal fez um chamamento público para que empresas apresentassem protótipos de ferramentas de IA para uso da Corte.

O objetivo do STF é que ao final do processo seja implantada uma ferramenta de IA generativa capaz de elaborar minutas de relatório contendo o resumo processual.

Ao participar da cúpula de presidentes de Supremas Cortes do G2, em maio deste ano, Barroso disse que, em breve, a IA estará a primeira versão de sentenças judiciais.

Na ocasião, o ministro citou a desenvolvimento da ferramenta para elaboração de resumos, além de ferramentas para buscar precedentes de decisões.

Contrário ao uso livre e indiscriminado da IA, Barroso tem defendido a regulação da tecnologia para "proteger a democracia" a partir de um "conjunto de princípios e valores" apresentado por ele durante abertura do ano judicial da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José, na Costa Rica, em janeiro deste ano.

A proposta do ministro apresentada na Costa Rica é baseada em três pilares: direitos fundamentais, proteção da democracia e a governança e segurança da IA.

O ministro explicou que estão sob essas diretrizes a proteção dos dados dos usuários e a privacidade, bem como a "igualdade" para evitar a "discriminação algorítmica", a liberdade de expressão, a autonomia individual, os **direitos** autorais, e o combate ao discurso de ódio.

Depois de alertar para os riscos do uso desregulado da IA, Barroso disse que apesar de não se apavorar com a possibilidade de dominação da máquina sobre o ser humano - no que os cientistas chamam de singularidade - é preciso prestar atenção nas inovações, embora, segundo ministro, a história segue o seu curso mesmo que muitos não entendam o processo pelo qual a humanidade passa em decorrência dos avanços tecnológicos.

COMENTÁRIO(S) Deixe sua opinião



# A proteção da propriedade intelectual como estratégia internacional

OPINIÃO



No primeiro trimestre de 2024, o comércio entre Brasil e Estados Unidos alcançou a marca impressionante de US\$ 18,8 bilhões, segundo dados divulgados recentemente pela Amcham Brasil, uma das maiores entidades multissetorial do país e uma das mais importantes. Este recorde nas exportações brasileiras não apenas sublinha a robustez das relações comerciais entre os dois países, mas também destaca a importância estratégica para empresas brasileiras que operam no mercado americano e vice-versa. Esses bons resultados levam à reflexão sobre a importância da proteção da **propriedade** intelectual.

O recorde de exportações brasileiras para os Estados Unidos no primeiro trimestre de 2024 reflete a força e a potencialidade das empresas brasileiras no mercado internacional. No entanto, para que esse sucesso se mantenha e cresça, a proteção da **propriedade** intelectual deve ser uma prioridade estratégica. Ao investir na proteção de marcas e patentes, as empresas brasileiras não apenas protegem suas inovações, mas também fortalecem sua posição competitiva no dinâmico mercado americano.

Investidores e parceiros de negócios estão mais propensos a investir em empresas que têm suas propriedades intelectuais bem protegidas

Nesse contexto, a proteção da **propriedade** in-

telectual nos Estados Unidos é importante por vários motivos, sendo um deles a proteção contra violações. Registros de marcas e patentes nos EUA permitem que as empresas brasileiras protejam seus produtos e serviços contra uso não autorizado por terceiros, reduzindo riscos de cópia ou falsificação.

Patentes e marcas registradas também aumentam o valor de mercado da empresa. Investidores e parceiros de negócios estão mais propensos a investir em empresas que têm suas propriedades intelectuais bem protegidas, através de parcerias comerciais e licenciamento.

Outro ponto importante se refere à exclusividade no mercado. As patentes conferem exclusividade no uso de uma invenção, impedindo que concorrentes usem a mesma tecnologia, o que pode ser crucial para manter uma vantagem competitiva. Além disso, marcas registradas transmitem confiança e qualidade aos consumidores. A proteção da marca assegura que a reputação da empresa não seja comprometida por produtos ou serviços inferiores vendidos sob o mesmo nome.

Obter uma patente nos Estados Unidos é uma importante vantagem estratégica. O processo de obtenção de patentes nos Estados Unidos é conhecido por ser mais rápido em comparação com o Brasil, o que representa um passo significativo para empresas brasileiras. Nos EUA, o tempo médio para concessão de uma patente é de cerca de três a quatro anos, enquanto no Brasil esse período pode ser bem maior. A maior agilidade no processo americano permite que as empresas brasileiras introduzam suas inovações no mercado americano mais rapidamente, garantindo assim sua vantagem competitiva.

De acordo com números estimados pelo Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos (USPTO),



Continuação: A proteção da propriedade intelectual como estratégia internacional

algumas das maiores exportadoras brasileiras já fazem da proteção à **propriedade** intelectual uma estratégia de negócios, como podemos observar dos maiores depositantes de marcas e patentes nos Estados Unidos, como Petrobras, Braskem, Embraer, Natura, Electrolux, Suzano (patentes); e Citrosuco, Vivara, Conductor, Braskem, Suzano, WEG, Embraer, Fras-le (marcas).

Além da conhecida celeridade no processo de obtenção de uma patente, existem outras vantagens, como por exemplo, (i) programas de exame prioritário do Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos (USPTO); (ii) maior segurança jurídica e proteção eficaz às empresas brasileiras titulares de **propriedade** intelectual; (iii) ambiente favorável para negócios no mercado americano através de incentivos e suporte à inovação; (iv) apoio de entidades comerciais, como a própria Amcham Brasil, que promove e oferece suporte no processo de internacionalização para empresas brasileiras, facilitando o entendimento e a navegação pelo sistema americano.

Ainda, é aconselhável que a empresa brasileira titular de direitos de **propriedade** intelectual monitore o uso de suas marcas e patentes no mercado para identificar e reagir rapidamente a possíveis violações; treine equipes sobre a importância da proteção de PI e como identificar possíveis infrações pode ajudar a proteger ativos valiosos; e, colabore com entidades comerciais, como a Amcham Brasil, com o objetivo de auxiliar no ingresso ao mercado americano.

Essa abordagem proativa em relação à propriedade intelectual ajudará a garantir que o comércio Brasil-EUA continue a prosperar, beneficiando ambos os países e promovendo um ambiente de negócios justo e inovador.

Pablo Torquato é sócio do escritório Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello.

Conteúdo editado por: Jocelaine Santos CO-MENTÁRIO(S) Deixe sua opinião

# História Hoje: primeira máquina de escrever era patenteada há 195 anos

RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL

Era mais lento escrever com o equipamento do que à mão

Uma caixa de madeira retangular com uma alavanca giratória, que fazia com que a tinta fosse liberada em uma folha de papel. Essa foi a primeira máquina de escrever, patenteada em 23 de julho de 1829, nos Estados Unidos, por William Austin Burt.

Esse modelo de tipógrafo foi inventado para agilizar o trabalho de escrita, mas nunca funcionou como deveria.

Nascido em uma família de fazendeiros no ano de 1792, William Austin Burt cresceu em Nova Iorque, onde teve pouco acesso à educação básica. Apesar disso, mostrou-se autodidata em matemática e ciências. Em 1812, em sua passagem pelo exército, atuou como montador de máquinas.

William Austin Burt gostava de usar suas habilidades para construir objetos que fossem úteis para facilitar suas atividades. Em 1829, registrou a

patente do tipógrafo, que é considerado o antecessor da máquina de escrever moderna. No lugar de teclas, o equipamento tinha um mostrador para selecionar letras. Como era mais lento do que escrever à mão, não fez tanto sucesso.

Mas esta não foi a primeira **patente** do mundo de uma máquina de escrever. O inventor britânico Henry Mill já tinha registrado um outro dispositivo em 1714, na Grã-Bretanha.

Ainda assim, o norte-americano William Austin Burt acabou ganhando o apelido de "pai da máquina de escrever". Burt também inventou um tipo de bússola solar para ajudar engenheiros no trabalho topográfico.

A máquina de escrever com teclado só foi inventada em 1873, por Christopher Latham Shole.

\*Com redação de Beatriz Evaristo

## VII Congresso Internacional CBMA de Arbitragem será realizado no Rio de Janeiro - JOTA



Evento, que busca fomentar o debate no campo da **arbitragem**, será entre 8 e 9 de agosto

Museu do Amanhã, localizado no centro do Rio de Janeiro (RJ). Imagem: Museu do Amanhã/Divulgação

Nos dias 8 e 9 de agosto, o Centro Brasileiro de **Mediação** e **Arbitragem** (CBMA) promoverá, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro (RJ), o VII Congresso Internacional CBMA de **Arbitragem**, com enfoque nos temas mais atuais e polêmicos em discussão na comunidade jurídica. O evento contará com a participação de especialistas nacionais e internacionais para debater tendências e novas práticas para resolução de conflitos.

Voltado para advogados, árbitros, peritos e estudantes de Direito, o evento terá na programação palestras, como: A realidade das arbitragens no mercado de capitais, Inteligência artificial aplicada à **arbitragem**; Jurisdições no esporte: desafios práticos de sua sistematização, e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e suas decisões sobre **arbitragem**.

Os ministros Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e Marco Aurélio Bellizze, do STJ, estão confirmados na programação, que ainda contará com a participação da presidente

do CBMA, Mariana Freitas de Souza; Valeria Galindez, co-chair do Arbitration Committee da IBA; Catherine Rogers (Universit  Bocconi) e os desembargadores do TJ/RJ Claudio Dell zorto e Humberto Dalla.

A coordenação científica é de Mariana Freitas de Souza, presidente do CBMA; Joaquim de Paiva Muniz, diretor de **arbitragem** do CBMA; Ricardo Loretto, vice-presidente de **arbitragem** do CBMA e do advogado Octavio Fragata.

O Museu do Amanhã fica na Praça Mauá, 1 - Centro, Rio de Janeiro. Confira mais informações sobre o evento! 

**Redação JOTA - Brasília**

## Artesã será indenizada por uso não autorizado de obra na internet



Decisão reconheceu violação de **direitos** autorais e determinou indenização à autora.

Artista Artesã será indenizada por uso não autorizado de obra na **internet** Decisão reconheceu violação de **direitos** autorais e determinou indenização à autora. Da Redação terça-feira, 23 de julho de 2024 Atualizado às 10:48 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Um internauta foi condenado, em duas instâncias, a indenizar uma artesã em R\$ 3 mil por danos morais por reproduzir imagens de seu trabalho sem autorização em uma rede social e em seu site de vendas online. Ele também deverá creditar a autoria das peças divulgadas em seu perfil, sob pena de multa de R\$ 3 mil.

A artesã afirmou que confecciona pinturas manuais e mandalas e que fotos de uma de suas peças estavam sendo utilizadas indevidamente, sem permissão e sem a devida atribuição intelectual. Ela relatou que entrou em contato com o internauta, que se comprometeu a retirar a imagem da página, mas, até a data do ajuizamento da ação, isso não ocorreu.

Em maio de 2021, a artista solicitou judicialmente a retirada da obra do site do réu, a indenização por danos morais e a divulgação de que ela era a autora da arte.

O internauta argumentou que a artesã não possuía o

registro da obra e que o anúncio que veiculava a imagem foi feito por um designer que identificou a peça de artesanato como pertencente ao domínio público. Ele negou ter obtido lucro com as reproduções da mandala, alegando que nunca possuía CNPJ e que encerrou as atividades de vendas em julho de 2021.

A artesã confecciona pinturas manuais e mandalas.(Imagem: Freepik)

O juiz da 2ª vara Cível e da Infância e da Juventude Cível de Januária, no Norte de Minas, considerou provado o dano moral. De acordo com o magistrado, a artesã comprovou ser a autora das peças e das fotos publicadas pelo internauta, e a lei de **direitos** autorais assegura ao criador todos os direitos morais e patrimoniais sobre a própria obra, independentemente de registro.

"Ademais, ressalte-se que o próprio requerido reconheceu que o trabalho artístico da requerente foi utilizado de forma indevida", afirmou o juiz. Ele também destacou que a violação aos **direitos** autorais dispensa a demonstração de prejuízo. "O dano moral sofrido pela parte autora decorre da simples usurpação de sua produção intelectual", disse.

O internauta recorreu, alegando que a artesã não comprovou ser a titular da imagem utilizada na campanha veiculada em seu site e perfil, e que a retirada do conteúdo ocorreu de forma célere e efetiva.

A 17ª câmara Cível do TJ/MG manteve, na íntegra, a sentença. Os desembargadores Baeta Neves e Evandro Lopes da Costa Teixeira acompanharam o voto do relator, desembargador Amauri Pinto Ferreira.

Continuação: Artesã será indenizada por uso não autorizado de obra na internet

O relator afirmou não haver dúvida de que a artista era a criadora das obras divulgadas, que elas foram usadas sem autorização e que algumas chegavam a exibir a imagem da artesã. Segundo ele, o dano moral causado à artista que teve a obra utilizada indevidamente decorre do simples uso sem autorização.

O tribunal omitiu o número do processo.

## Autonomia privada e arbitragem



A lei de **arbitragem** 9.307/96 reflete a autonomia privada ao permitir que particulares resolvam conflitos sobre direitos patrimoniais disponíveis, incluindo agora a administração pública indireta.

Autonomia privada e **arbitragem** - Menos pacta sunt servanda? Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa A lei de **arbitragem** 9.307/96 reflete a autonomia privada ao permitir que particulares resolvam conflitos sobre direitos patrimoniais disponíveis, incluindo agora a administração pública indireta. terça-feira, 23 de julho de 2024 Atualizado às 07:45 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

### 1. Autonomia da vontade e autonomia privada

É sabido que a LAB - Lei de **Arbitragem** 9.307/96, é uma clara expressão da autonomia privada. Primeiro porque o Estado cedeu parte do seu poder judicante para os particulares quando se trata de operações relacionadas e limitadas a conflitos sobre direitos patrimoniais disponíveis. Segundo quando no seu texto são estabelecidos limites à sua utilização, na medida em que esse modo de solução de pendências tiver sido a opção das partes, livremente estabelecida. Tem havido um alargamento no campo da **arbitragem**,

como ocorreu pela possibilidade da administração pública direta e indireta utilizar-se do instituto para dirimir, da mesma forma, conflitos relacionados a direitos patrimoniais disponíveis, conforme o § 1º do art. 1º da LAB, como fruto de nova redação dada pela lei 13.129/15. Estuda-se no momento a utilização da **arbitragem** quanto a alguns aspectos do direito tributário.

Veja-se que os ordenamentos jurídico construídos no ambiente romano-germânico do século XIX foram uma expressão do Estado Liberal e que se refletiram nos códigos nascidos até, pelo menos, a metade do século passado e que operavam sob o modelo da autonomia da vontade. Significa dizer, no campo do direito privado, que vigorava o poder das partes de celebrarem contratos de forma absolutamente livre, sujeitando-se o devedor de alguma obrigação a cumpri-la tal como estabelecida, extremamente limitada a sua defesa em poucos casos como, por exemplo, a prova de vício da vontade. Pacta sunt servanda sempre!

Tratando-se da compra e venda rezava o art. 1.126 do CC/1916 que, quando pura, considerava-se obrigatória e perfeita, desde que as partes acordassem no objeto e no preço. Nesse sentido, não havia escapatória para o comprador a não ser pagar o preço e para o vendedor de entregar o bem. Não havia qualquer adjetivação naquela norma.

Veja-se que a LAB abre para qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes a possibilidade de serem árbitros (art. 13). Disso decorre que, contrariamente a um pensamento incorreto em voga, não somente advogados podem assumir tal encargo, ainda que os percalços do instituto tenham levado a um entendimento que no tocante ao processo arbitral eles se revelam mais aptos. Quanto ao elemento confiança, trata-se de sua denotação no próprio instituto da **arbitragem** e não da pessoa do árbitro, caso em que - se esse fosse a correta interpretação - poderia se entender que ele seria representante da parte que o in-



dicou e que verdadeiramente seria autônomo tão somente o presidente do tribunal arbitral porque escolhido pelos dois outros árbitros.

## 2. A **arbitragem** e a autonomia privada no campo do direito material

A evolução mais recente do direito quanto à política legislativa teve lugar quando do advento do Estado Liberal, no qual o absolutismo da vontade cedeu lugar à autonomia privada, segundo a qual ela se expressa na construção de contratos limitada a determinados parâmetros, de interesse público, cerceadores da liberdade das partes. Exemplo claro está no art. 421 do CC/02, onde se lê que a liberdade contratual será exercida nos limites e na função social do contrato. Por sua vez, a revisão contratual ficou subordinada aos princípios da intervenção mínima da sua excepcionalidade, ao passo que estabelece-se uma paridade nos contratos civis e empresariais, somente cabível o afastamento dessa presunção na presença de elementos concretos em contrário, conforme o parágrafo único inserido naquele mesmo artigo, e o art. 421-A, por obra da lei 13.874/192.

Por oportuno tenha-se se em vista uma muito preocupante proposta, presente no anteprojeto de reforma do CC, mediante a introdução do parágrafo 2º ao art. 421, pretendendo-se a nulidade de pleno direito da cláusula contratual que violar a função social do contrato. Tendo sido de longa data contrário à inclusão da função social do contrato, mais ainda discordo dessa proposta, que traria incerteza e consequente insegurança sem medida nas relações contratuais, bastando pedir que o paciente leitor pense no que seja essa função social na sua acepção abstrata, de maneira a que possa ser aplicada a todo e qualquer contrato que possa ser celebrado, típico ou atípico. Os interessados nessa matéria podem buscar as fontes aqui indicadas<sup>3</sup>.

Diversas outras fontes jurídicas limitam a liberdade de contratar, como fenômeno da autonomia privada, mostrando-se o direito do consumidor como exem-

plo frisante dessa visão mais moderna.

Deve-se ter em conta que o intervencionismo jurídico estatal no direito, no plano material, pode fazê-lo retornar a uma maior limitação da autonomia privada, reduzindo a liberdade de se fazer negócios, distorcendo o modelo constitucional presente nos princípios gerais da atividade econômica, especialmente os da propriedade privada e da livre concorrência (art.170 da CF, incisos II e IV). Essa orientação restringiria o apetite dos agentes econômicos para continuarem ou darem início a uma atividade, tendo em vista o incremento dos custos correspondentes de externalidades negativas e de efeitos de segunda ordem.

No tocante ao direito material a autonomia privada é regida em sentido amplo pelos princípios gerais inerentes à atividade civil e empresarial econômica, percebidos aqui e ali no CC/02, anotada criticamente a ausência de uma teoria geral a seu respeito. Espira-se, entre outras fontes, pelos princípios gerais do direito societário, presentes no mesmo código civil e, principalmente, na lei 6.404/76, que cuida das companhias e também no tocante aos princípios gerais regedores dos títulos de crédito, na forma da Convenção de Genebra.

No sentido acima um ponto relacionado aos limites estabelecidos ao exercício da autonomia privada se encontra na tutela da invalidade do mérito do negócio jurídico, na forma dos arts. 166 e 167 do CC, referindo-se a negócio ilícito, impossível ou de objeto indeterminável ou, ainda, na existência de simulação. Assim sendo, a existência, a validade e a eficácia das operações arbitrais estão vinculadas ao tratamento dos atos e dos negócios jurídicos, o que se dá também no campo das operações societárias e dos títulos de crédito em geral.

A particularidade dos diversos institutos relacionados à atividade econômica demonstra na sua individualidade o exercício da autonomia privada como, por exemplo, no contrato de locação, nos termos

da lei de locação de imóveis 8.245/91, que apresenta alto nível de cerceamento da liberdade das partes, como é o caso da proibição da retomada pelo locador do imóvel alugado, durante o prazo para a duração do contrato (art. 4º, caput). Essa e outra previsão da lei mencionada está teoricamente fundada na pres-suposição nem sempre verdadeira, de que o locador é a parte mais forte na relação jurídica correspondente e, portanto, titular de maior poder.

Os exemplos de intervenção jurídico/estatal nos contratos em espécie são inumeráveis, devendo o aplicador da lei estar apto a discernir neles o que é público e o que é privado. Uma tarefa bastante ingente, como se percebe.

### 3. A **arbitragem** e a autonomia privada no processo arbitral

De maneira geral e em atendimento ao princípio das coerências interna e externa do processo arbitral, dá-se a superação da autonomia privada nos casos em que os poderes outorgados ao tribunal arbitral excedam os limites de competência a eles atribuídos pela LAB ou nas situações que se torna necessária a adoção de uma medida cautelar e de urgência, de forma a que não fique prejudicado ou eventualmente perdido o direito da parte interessada. Esse é o divisor de águas entre os dois universos de solução de conflitos sobre direitos patrimoniais disponíveis.

Sob este aspecto é preciso considerar que o processo arbitral se inicia e prossegue livremente segundo as normas próprias da LA, mas que não é plenamente autônomo, cingido pela tutela do Judiciário nos casos em que se entende estar presente o interesse público. Nesse sentido a **arbitragem** não é um instituto que viva por si mesmo. Há uma questão sempre presente nos meios arbitrais, relativa a uma percepção de que a pedido de uma das partes ou mesmo ex officio, o Judiciário ultrapassaria muitas vezes os limites de sua competência no processo arbitral.

Inicialmente, sem ter assumido o caráter no novidade

jurídica, o art. 2º, § 1º da LAB autoriza que as partes poderão escolher livremente as regras de direito que serão aplicadas na **arbitragem**, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública. Como se sabe, essa vedação já se encontrava presente em nosso ordenamento jurídico.

No sentido acima a ofensa à ordem pública já se encontra agasalhada no art. 104, II do CC/02, quando trata da validade do ato jurídico, obrigatoriamente vinculado a objeto lícito. No tocante aos bons costumes, o art. 113 do CC/02, ao tratar da interpretação do contrato, determina que atenda os usos do lugar da celebração daquele. Ora, como se sabe, cabe às Juntas Comerciais o assentamento dos usos e práticas mercantis, nos termos do art. 8º da lei 8.93, os quais certamente somente merecerão tal registro nos casos em que não infringirem qualquer norma legal, caso em que seriam classificados contra legem.

A liberdade das partes no processo arbitral de escolherem se a **arbitragem** será de direito ou por equidade, é limitada obrigatoriamente à primeira opção, tratando-se da administração pública como uma das partes (art. 2º da LA).

No exercício de sua liberdade as partes podem escolher a **arbitragem** institucional (que transcorrerá no âmbito de algum órgão arbitral institucional ou entidade especializada - caso das Câmaras de **Arbitragem**) ou a **arbitragem** ad hoc, quando elas mesmas estipularão a forma convencional para a instituição e, conseqüentemente, o processo arbitral (art. 5º da LAB).

Nos casos em que foi celebrada a cláusula compromissória e a parte provocada para a sua instituição resistir ao pedido, interrompe-se provisoriamente o exercício da autonomia privada para que o juiz competente, a pedido da interessada, determine a citação da parte resistente a fim de que compareça em juízo, de modo a que possa ser lavrado o termo de compromisso (art. 5º da LA). Não poderia ser de outra forma, dado que o tribunal arbitral não detém esse poder.

Na sequência, o juiz tentará um acordo entre as partes objetivando a celebração do compromisso arbitral, cabendo-lhe em última análise sentenciar a respeito, inclusive pela nomeação dos membros do tribunal arbitral, passando o processo arbitral a seguir o seu trâmite regular (arts. 5º a 12).

Outro momento da intervenção do Judiciário diz respeito à nomeação do terceiro árbitro quando as partes não tiverem chegado a um consenso sobre esse tema (art. 13, § 1º).

Por meio de uma mudança na LAB, feita pela lei 13.129/15, foram introduzidos os arts. 22-A e 22-B, na tutela de competência externa à autonomia privada, a previsão do pedido de medidas cautelares e de urgência, para o fim do resguardo de interesses imediatos de alguma das partes, de maneira a que não fiquem prejudicados ou mesmo perdidos de forma definitiva, conforme já foi dito acima.

Há duas situações: (i) Em se tratando de pedido relacionado à instituição da **arbitragem**, a eficácia da medida cautelar que tenha sido concedida cessará no caso em que a parte não requerer a instituição do processo arbitral no prazo de trinta dias, contado da data da efetivação da respectiva decisão. Uma vez instituída a **arbitragem**, caberá aos árbitros manter modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário. (ii) Estando já instituída a **arbitragem** o poder a respeito dessas medidas se localiza no tribunal arbitral.

Ainda atendendo os parâmetros da autonomia privada no campo da **arbitragem** e sua ligação ao Poder Judiciário, outra mudança na LAB foi referente ao poder outorgado aos primeiros para a emissão de carta arbitral, instituída pelo seu novo art. 22-C. Considerada a ausência de enforcement em mãos do tribunal arbitral este pode tomar medida de tal natureza, diretamente dirigida ao juiz territorialmente competente para que pratique o ato por determinado no curso do processo arbitral. Assim sendo, elimina-se uma instância, que seria a concernente ao pe-

dido do tribunal arbitral ao juiz da comarca onde a **arbitragem** tem curso o qual, por sua vez, deprecaria ao juízo designado para o cumprimento da referida carta arbitral, eliminando-se custos e ganhando-se tempo.

Como se percebe, a carta arbitral não é um instrumento de diminua a competência do tribunal arbitral, pelo contrário, ela estende os poderes deste.

No final da jornada do processo arbitral é proferida a sentença, extinguindo-se a competência do tribunal arbitral, que remanesce provisória tão somente para responder a eventual pedido de esclarecimentos feito por alguma das partes, que tenha o intuito de pedir a correção de qualquer erro material da sentença; esclareça alguma obscuridade ou contradição; ou, ainda, se pronuncie sobre algum ponto eventualmente omitido (art. 30). Como se sabe a sentença arbitral não abre espaço para recurso segundo o modelo do nosso ordenamento jurídico.

É facultado, por sua vez, à parte interessada, pleitear ao Poder Judiciário a declaração da nulidade da sentença arbitral, comprovada alguma das situações taxativamente enumeradas no art. 32 da LAB (art. 33). Essa prerrogativa decorre, precisamente da inexistência de competência pelo tribunal arbitral de conhecer recurso em tal sentido, na medida do modelo adotado pelo direito brasileiro, não podendo haver prejuízo para a parte interessada que possa ter razão no caso concreto. Esse foi um limite legalmente adotado internamente, em redução da competência privada, que poderia ter sido objeto de solução diversa, e que consolida o processo arbitral, devendo as partes estarem devidamente informadas sobre a inexistência de recurso e das dificuldades para a anulação da sentença arbitral conforme os parâmetros estabelecidos pela LAB. Note-se que nenhum dos casos de nulidade previstos contempla a reforma da **arbitragem** no plano do mérito, mantendo-se neste ponto a força da autonomia privada.

Finalmente, a LAB trata do reconhecimento e da exe-

cução de sentenças arbitrais estrangeiras, naturalmente de competência do Judiciário pátrio na pessoa do STJ.

#### 4. À guisa de conclusão

Conforme se procurou demonstrar neste texto, a autonomia privada na **arbitragem** está marcada pelo controle episódico do Judiciário, no mais das vezes em coerência com os modelos do direito comparado. Em algumas situações tal intervenção foi o resultado da escolha do legislador, outras em função da estrutura do direito interno, tanto no plano material quanto processual. Aberturas de nível mais aprofundado ou, pelo contrário, a implementação de novas situações de intervenção do Judiciário podem acontecer pelas mãos do legislador, se este entende que o instituto da **arbitragem** merece alguma correção diante de falhas que tem apresentado. Mas esse é um tema voltado para outra discussão.

2 Veja-se a respeito nosso "O velho e o novo princípio da intervenção mínima do Estado nos contratos empresariais. Novos parâmetros para a intervenção do juiz", Migalhas de 16.05.2019.

3 Vide o item 7.7, função social do contrato na obra "Teoria Geral do Contrato - Fundamentos da Teoria Geral do Contrato" (Ed. Dialética, São Paulo, 2022), em coautoria com Rachel Sztajn, itens 7.7. e o artigo dos mesmos autores "A indefinível, impraticável e perigosa função social do contrato na reforma do Código Civil - Agravada a reincidência de um erro", Migalhas de 18.07.2024.

Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa Professor sênior de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP. Sócio do escritório Duclerc Verçosa Advogados Associados. Coordenador Geral do GIDE - Grupo Interdisciplinar de Direito Empresarial. Duclerc Verçosa Advogados Associados

---

1 Sobre o tema vide nosso artigo O "pacta sunt servanda" e a **arbitragem**, Migalhas de 19.07.2024.

## Campanha quer proteger origem do café do Cerrado Mineiro e evitar fraudes



Objetivo é evitar que produtos não certificados e produzidos no Cerrado Mineiro sejam comercializados como se fossem da região

Ouçã a matéria A- normal A+

Para proteger a origem autêntica do café do cerrado mineiro, os cafeicultores da região estão trabalhando em uma campanha para evitar que a **denominação** geográfica seja utilizada em produtos sem as características do cerrado. O motivo é evitar que a reputação da região seja comprometida.

De acordo com a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, é errado que marcas citem como origem a região do cerrado em toda embalagem, seja de café verde, industrializados (torrado e moído), sem que o lote de café tenha passado pelo processo de certificação de origem e qualidade.

A Federação, inclusive, é a entidade que regula a norma de utilização do nome cerrado mineiro. "Se um café está comunicando em sua embalagem "Cerrado Mineiro" mas não passou pela certificação da Federação, quem garante que a procedência dele de fato é o Cerrado Mineiro? E mais: quem garante a qualidade mínima necessária e o processo de produção deste café?", questiona Juliano Tarabal, diretor executivo da Federação.

A campanha levará o nome de "A verdade é rastreável - promovendo o autêntico Cerrado Mineiro" e busca informar produtores, cooperativas, exportadores, torrefadores e consumidores nacionais e internacionais sobre a nova política da **denominação** de origem e seus benefícios, ampliando o controle e a rastreabilidade da origem do café do cerrado mineiro.

"Além disso, promove a valorização do café certificado com o selo de **denominação** de origem, tanto no mercado nacional quanto internacional, gerando engajamento e sentimento de pertencimento entre os produtores e demais stakeholders", diz o texto da Federação.

Tarabal explica que, desde 2013, o selo de origem e qualidade atesta que o lote comercializado possui a certificação de origem e qualidade da região, conforme os requisitos estabelecidos no processo de produção.

"Infrações existem e são frequentes com cafés industrializados se referindo à origem de forma inadequada e sem o selo da região. Compreendemos que ainda existam casos assim, pois o processo de **Indicação** Geográfica ainda é novo no Brasil, o mercado ainda está em aprendizagem em relação à utilização da origem controlada. Portanto, queremos estar cada vez mais próximos dos diferentes elos da cadeia para orientar", acrescentou.

De acordo com o presidente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, Gláucio de Castro, os produtores da região enfrentam desafios para cultivar um café genuíno e inigualável em uma terra antes descreditada para a cafeicultura.

"Desde o início, havia o temor de que a qualidade desse café, resultado de um comprometimento histórico e de condições geográficas e climáticas ideais, pu-

Continuação: Campanha quer proteger origem do café do Cerrado Mineiro e evitar fraudes

desse ser comprometida. Para proteger essa trajetória, os produtores se organizaram, criaram uma marca com mais de 52 anos, delimitaram o território e conquistaram a **denominação** de origem", conta Castro.

Para ele, a campanha marca um avanço na luta contra fraudes, garantindo que os consumidores possam desfrutar de um café genuíno, com origem e qualidade certificadas, além de valorizar o trabalho dos produtores que seguem os requisitos necessários para a certificação. "A autenticidade dos cafés do cerrado mineiro precisa ser protegida e é uma responsabilidade coletiva garantir a qualidade e a história dos cafés da região", afirma Gláucio.

A campanha conta com a participação de personalidades renomadas no mercado, como cafeicultores, exportadores de café, torrefadores e consumidores de café especial, todos referências na região. A divulgação inclui redes sociais, áudios e vídeos, materiais impressos como banners e outdoors, totens e diversos materiais promocionais, como camisetas, copos térmicos e bottons.

Sobre O Autor Simon Nascimento



## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria** | Biopirataria  
3

**Marco** regulatório | INPI  
5

**Direitos** Autorais  
7, 12

**Propriedade** Intelectual  
8

**Patentes**  
10

**Arbitragem** e Mediação  
11, 14

**Denominação** de Origem  
19